

Maior impacto na pobreza

(Ricardo Brito)

Principal programa assistencial do governo federal gera mais influência na renda da classe E, enquanto as demais têm ganho melhor com benefícios previdenciários, segundo estudo da FGV



Marcelo Neri: "O Bolsa-Família é o programa que tem a melhor pontaria para os pobres. O que queremos é que os pobres cresçam por conta própria e tenham independência financeira"

Brasília – Estudo inédito concluído na semana passada pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas (FGV), demonstra matematicamente o que já se desconfiava quando se fala dos gastos sociais do governo Lula: os programas de transferência de renda, em especial o Bolsa-Família, têm maior impacto na renda dos miseráveis, ajudando-os a deixar a base da pirâmide social. O peso desses programas na renda total dos brasileiros representa, somente para a classe E, 16,25% da massa de recursos. No cálculo de renda total, estão englobados salários, aposentadorias, pensões e todos os repasses oficiais do governo por meio de políticas assistenciais.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008 mostram que 29,8 milhões dos 186 milhões de habitantes pertenciam à classe E. Os mais pobres, cidadãos que têm renda domiciliar abaixo de R\$ 137 por pessoa, são responsáveis por apenas 2,02% da massa da renda dos brasileiros. Em termos absolutos, isso representa R\$ 2,2 bilhões dos R\$ 110 bilhões gerados pelas classes A a E. “O Bolsa-Família é o

programa que tem a melhor pontaria para os pobres”, afirma Marcelo Neri, coordenador do estudo Atlas do bolso dos brasileiros.

O economista da FGV conseguiu constatar qual é a melhor fonte de renda para cada uma das classes sociais. Reajustes do Bolsa-Família e de outros programas não previdenciários geram maior benefício para a classe E. Por sua vez, as classes A, B, C e D são ajudadas pelos reajustes concedidos em benefícios previdenciários, de um modo geral. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, pode ser chamada de “capital dos aposentados”, uma vez que as rendas atreladas a esses benefícios correspondem a 28,8% do bolso dos cariocas. É a mais alta proporção entre as 27 capitais brasileiras. A capital do Bolsa-Família é Macapá (AP), com 3,15% de suas rendas advindos desse programa. Palmas, capital de Tocantins, é a capital do trabalho, com 88,3% da renda advinda dos empregos formais. Minas Gerais registra 2,10%.

A presença dos programas de transferência de renda cresceu desde o início do governo Lula. Em 2003, a participação dessas ações era de apenas 4,5% da renda total da classe E — quadruplicou em cinco anos. No último ano, esse acréscimo foi de 30%. A previsão de recursos para o Bolsa-Família é de R\$ 11,43 bilhões em 2009. O repasse desses programas na soma de toda a massa da renda também dobrou no mesmo período. Marcelo Neri informou que a vantagem dos programas como Bolsa-Família em relação a outras rendas está em dois fatores: custo fiscal pequeno e substantivo mudança para quem precisa. Um raciocínio simples ilustra a afirmação dele: R\$ 50 a mais em Bolsa-Família para um desempregado que ganha R\$ 40 por mês em bicos tem um impacto maior do que para um assalariado.

O economista da FGV acredita que, além da melhoria geral da economia brasileira nos últimos anos, os programas de transferência de renda ajudaram na redução do número de pobres. Em 1992, no fim do governo de Fernando Collor de Mello, o percentual das pessoas da classe E era de 34,96% do total. Em 1995, início do governo Fernando Henrique Cardoso, quando a estabilidade monetária passou a fazer parte do dia a dia do brasileiro, 28,65% eram miseráveis. Em 2003, no começo do governo Lula, caiu pouco, para 28,12%, e, ano passado, uma queda acentuada, para 16,02%. “A desigualdade caiu enormemente”, constata o economista.

O ESTADO MAIS POBRE

Alagoas, com pouco mais de 3 milhões de habitantes, detém o título de estado mais pobre do país. Curiosamente, é o que tem a maior participação dos programas de transferência pública de renda sobre a massa total de recursos. Por lá, 4,43% de todos os recursos são de ações como o Bolsa-Família. Segundo o economista Marcelo Neri, a situação alagoana vem desde a década passada, na época em que o principal programa de repasse de recursos federais era o Bolsa-Escola.

Entre os 10 estados com maior participação das transferências públicas na renda total, oito estão no Nordeste e dois, na

Região Norte. Para o economista da FGV, a grande questão dos programas de repasses de recursos é não apenas encontrar a porta de saída deles, mas buscar uma forma de inserir os cidadãos beneficiários na sociedade de mercado. “O que nós queremos é que os pobres cresçam por conta própria e tenham independência financeira em suas vidas”, observa.

Segundo Marcelo Neri, a ideia anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva recentemente de se juntar, numa espécie de consolidação das leis sociais, “tem grande potencial” para integrar tais políticas. “É preciso que não olhemos cada um dos programas separadamente”, afirma o economista da Getulio Vargas. (RB)